



Brasília, 28 de novembro de 2019.

FASUBRA CONTINUA NA LUTA CONTRA AS PECs DE BOLSONARO

Diante de uma conjuntura de intensos ataques do desgoverno Bolsonaro à classe trabalhadora, promovendo o aumento dos lucros dos empresários por meio da retirada de direitos e flexibilização das relações de trabalho, com desoneração dos empresários e aumento dos tributos pagos pelos trabalhadores, chegando ao extremo da cobrança de INSS sobre o seguro desemprego, o que pode se considerar a taxação da extrema pobreza, invertendo toda a lógica da justiça distributiva, torna-se necessário ampliar as mobilizações para que possamos barrar essa política pró-patrão. Esses ataques se dão dentro de um processo maior, o desmonte do Estado Nacional Brasileiro, em que os serviços públicos vêm sendo paulatinamente sucateados para justificar a entrega do patrimônio nacional à iniciativa privada e ao capital estrangeiro. Bolsonaro, por meio das últimas PECs apresentadas ao Parlamento, aprofunda os danos causados pela EC 95, aprovada na gestão Temer. A FASUBRA tem dialogado, intensamente, com as demais entidades do serviço público e com as centrais, no sentido de desenvolver um plano de ação que coloque toda a classe trabalhadora em movimento.

As últimas PECs apresentadas pelo governo, 186/19 e 188/19 são iniciativas de conteúdo eminentemente fiscal. A primeira, também chamada de PEC emergencial, dispõe sobre medidas permanentes e emergenciais de controle do crescimento das despesas obrigatórias e de reequilíbrio no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, e dá outras providências. A segunda, estabelece medidas de ajuste fiscal aplicáveis ao custeio da máquina pública; modifica a estrutura do orçamento federal; estende a proibição de vinculação de receitas de impostos a qualquer espécie de receitas públicas; **permite a redução temporária da jornada de trabalho de servidores públicos como medida para reduzir despesas com pessoal**; propõe mecanismos de estabilização e ajuste fiscal quando as operações de créditos excederem às despesas de capital, as despesas correntes superarem 95% das receitas correntes e se a realização de receitas e despesas puder não comportar o cumprimento das metas fiscais do ente; e cria o Conselho Fiscal da República. Essas propostas atacam diretamente a vida dos servidores, reduzem benefícios tributários e afetam as finanças de estados e municípios.

Já a PEC 196/19, altera a redação do artigo oitavo da Constituição e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para promover a Reforma Sindical, atacando frontalmente o direito de organização dos trabalhadores com uma alusão enganosa à 'liberdade sindical'.

A Federação, em conjunto com as entidades federais, tem preparado ações jurídicas, no que tange às cláusulas pétreas da Constituição e também ações políticas dentro do Parlamento para barrar essas PECs. A FASUBRA nunca aceitou e nem aceitará que o governo desmonte o Estado e ataque os trabalhadores(as) e, para tanto, utilizará todas as ferramentas disponíveis para barrar esses retrocessos, como: articulações no Parlamento, construção de alianças com o Executivo municipal



e estadual, que perderão receitas com essas reformas, mobilizações conjuntas com outros segmentos dos movimentos sociais nas ruas para enfrentar esses ataques.

WEINTRAUB, O MINISTRO SEM EDUCAÇÃO!

Mantendo a agenda intensa de ataques às universidades, o ministro da educação, no dia 21 de novembro, fez declarações, no mínimo levianas, com graves acusações sobre o uso da Autonomia Universitária para fins de “doutrinação” e práticas criminosas. Essa narrativa apresentada pelo ministro, segue a lógica de um debate ideológico de extrema-direita, que usa a máxima de que uma mentira repetida diversas vezes torna-se verdade. Tais acusações são gravíssimas, especialmente partindo de um representante do Estado, que deveria apurar os fatos antes de criar *fake news*. A calúnia e a difamação têm sido práticas constantes dos prepostos desse desgoverno, na tentativa obstinada de desqualificar as instituições para implementar seus projetos de privatização, no caso das universidades, o FUTURE-SE. A FASUBRA repudia veementemente as declarações feitas por Weintraub, e já o acionou judicialmente. Várias entidades analisam a adoção dessa mesma medida e outras já entraram com a interpelação judicial. A próxima plenária da federação tem um papel importante para traçarmos a nossa estratégia de enfrentamento às PECs do governo ainda esse ano e para o início de 2020.

FASUBRA PARTICIPA DO ENCONTRO DAS CENTRAIS EM BRASÍLIA

A FASUBRA participou do seminário das centrais sindicais em Brasília, no dia 26. Participaram da atividade oito centrais sindicais: CGTB, CSB, CSP Conlutas, CTB, CUT, Força Sindical, Intersindical e NCST e o tema foi “Plenária em Defesa dos Serviços Públicos Municipais, Estaduais e Federais, do Brasil e dos Trabalhadores”. A FASUBRA avaliou a necessidade de unidade das ações para enfrentar o governo e defendeu a construção de um calendário das entidades do serviço público junto às centrais para enfrentar os ataques do governo. Também reafirmou as ações feitas pela federação como a greve de 48h, realizada nos dias 26 e 27. Houve consenso das centrais sindicais na aprovação de um manifesto contra as privatizações, a retirada de direitos dos trabalhadores(as) e os ataques aos servidores públicos, além de um plano de ação unificado para os próximos meses que prevê, entre outras medidas, a discussão da necessidade de uma greve geral no país.

Ao final da plenária, representantes sindicais e parlamentares realizaram um ato político criticando a venda de grandes estatais e o desmonte do Estado. No manifesto aprovado, as centrais destacam que o “governo Bolsonaro quer destruir tudo que é público, quer acabar com o SUS, entregar a Educação para empresas privadas, privatizar os Correios e tantas outras empresas estatais que devem estar à serviço de atender com qualidade a população trabalhadora”. O documento informa que as Medidas Provisórias lançadas nas últimas semanas não combatem privilégios e buscam, mais uma vez, retirar direitos, precarizar as condições de trabalho e manter o desemprego. “O governo ataca nossos sistemas de saúde e ensino públicos e gratuitos, retira direitos, quer acabar com a estabilidade dos servidores públicos para transformar a educação e a saúde em mercadorias, em



serviços privados pagos, para beneficiar apenas quem tem capital e que pode transformar esses setores em lucrativo negócio para os seus interesses”, afirma o manifesto. [Veja o Manifesto na íntegra](#).

Calendário de Lutas aprovado no seminário das Centrais:

O plano de ação prevê, já para a próxima semana, de 2 a 6 de dezembro, uma campanha de agitação e panfletagem contra a MP 905, as PECs 186, 187 e 188 e o Pacote de ajustes do Guedes.

No dia 12 de fevereiro de 2020 está agendada uma atividade no Auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados e no dia 8 de março a orientação é reforçar o Dia Internacional das Mulheres.

O dia 18 de março foi escolhido como uma data nacional de paralisação, mobilização, protestos e greves.

NOVO FUNDEB: FASUBRA SINDICAL PARTICIPA DE ATO E DE REUNIÃO COM O PRESIDENTE DA CÂMARA

A FASUBRA Sindical, diversas entidades da educação e parlamentares foram recebidas nesta quarta-feira (27) pelo presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, para discutir a proposta sobre o novo FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação). Na ocasião, as entidades solicitaram ao presidente celeridade na tramitação da proposta que trata do Fundo. A preocupação apresentada foi a extinção do fundo para financiamento da educação em dezembro de 2020.

A FASUBRA aproveitou a oportunidade e destacou os sucessivos ataques do ministro da Educação, Abraham Weintraub, às Universidades Públicas e reafirmou a necessidade de abertura de uma mesa de negociação entre Ministério e as entidades da educação. Em 11 meses de governo e, após diversas tentativas da Federação, o ministro se negou a receber as entidades que representam os trabalhadores(as) das Universidades e Institutos Federais. Nesse período, o Ministério sequer deu retorno aos ofícios protocolados pela FASUBRA.

Ao final da reunião, a FASUBRA solicitou uma audiência com o presidente Rodrigo Maia para tratar de outros assuntos como o Future-se e as PECs, recentemente enviadas pelo governo, que atingem os direitos dos servidores públicos. Maia se prontificou a receber a Federação e as outras entidades da educação para discutir os temas.

FASUBRA participa de ato a favor do novo FUNDEB



Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos
em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil
Fundada em 19 de dezembro de 1978

Coordenadores(as) da Direção da FASUBRA participaram do ato pelo novo FUNDEB e pela valorização dos profissionais da educação, realizado nesta quarta-feira (27) na Câmara dos Deputados, juntamente com movimentos sociais, entidades sindicais e parlamentares de diversos partidos.

O ato foi convocado por entidades dos movimentos da educação, dentre eles FNPE, UNE, UBES, CNTE e CONTEE, e defendeu a agilidade na análise da Proposta de Emenda Constitucional 15/2015, da deputada federal Raquel Muniz (PSC-MG). A PEC tem relatoria da deputada Dorinha (DEM-TO) e aguarda parecer na Comissão Especial. A proposta torna o FUNDEB permanente, inscrevendo-o na Constituição Federal, e propõe um aumento progressivo na contribuição da União até chegar ao montante de 40%, segundo critérios de distribuição que primam pela equidade, atendendo as necessidades dos estados e municípios mais vulneráveis.

“Educação é investimento no Futuro. Dinheiro Público para Escolas Públicas”, essa foi a tônica dos discursos de parlamentares e representantes dos movimentos estudantis, de trabalhadores(as) e de outros atores da sociedade civil presentes no ato.

[Veja carta aberta em defesa do FUNDEB permanente entregue ao presidente da Câmara.](#)

PLENÁRIA NACIONAL DA FASUBRA INICIA COM O SEMINÁRIO LGBTI

Nos dias 06, 07 e 08 de dezembro, ocorrerá a Plenária Nacional da Federação na ADUNB - Associação dos Docentes da Universidade de Brasília.

6 de dezembro

Seminário
LGBTI
da Fasubra

FASUBRA

6, 7 E 8 DE DEZEMBRO DE 2019

PLENÁRIA NACIONAL
DA FASUBRA SINDICAL

- Conjuntura: Painel sobre as propostas de reformas administrativa e sindical;
- Seminário LGBTI;
- Informes da DN FASUBRA e de base;
- Encaminhamentos;
- Calendário.

FASUBRA

www.fasubra.org.br



No dia 06 de dezembro de 2019, como parte integrante da Plenária Nacional, a Coordenação LGBTI realizará o Seminário LGBTI da FASUBRA Sindical, preparatório para o III Encontro LGBTI da FASUBRA. O seminário será de grande importância, tendo em vista que será o primeiro desde a vitoriosa criação desta Coordenação em nosso último CONFASUBRA.

Este seminário está sendo programado com caráter de formação e capacitação aos representantes das bases que comparecerem a plenária da Federação dos dias 06 a 08 de dezembro de 2019.

Para tanto, orientamos que as técnico-administrativas e técnico-administrativos em educação que sejam LGBTI busquem serem eleitas e eleitos em suas assembleias nas entidades de base, a fim de que possam participar desse necessário momento formativo e de luta de um dos segmentos da sociedade que mais tem sido atacado durante o governo Bolsonaro, declaradamente LGBTfóbico.

O seminário será aberto para delegadas e delegados héteros e cis que também precisam se informar e formar sobre esta pauta, porém, atentamos para que se priorizem o envio de representantes LGBTs!

Na programação do seminário estão temas como: “Política de estado para as populações LGBTI” e “LGBTFOBIA e o machismo velado no movimento sindical”, entre outros.

CALENDÁRIO

DEZEMBRO

02 a 06	Campanha de agitação e panfletagem contra a MP 905, as PECs 186, 187 e 188 e o Pacote de ajustes do Guedes.
06	III Seminário LGBTI – Brasília / DF
06, 07 e 08	Plenária Nacional - Brasília / DF